

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

Processo TCM nº 06381e20

Exercício Financeiro de 2019

Prefeitura Municipal de JEREMOABO

Gestor: Derivaldo Jose dos Santos

Relator Cons. Fernando Vita

DELIBERAÇÃO DE IMPUTAÇÃO DE DÉBITO

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais e com arrimo nos artigos 71, VIII da Constituição da República, 91, XIII da Constituição Estadual, e 13, § 3º, da Resolução TCM nº 627/02, e:

Considerando as irregularidades praticadas pelo Sr. **Derivaldo Jose dos Santos, Prefeito do Município de Jeremoabo**, durante o exercício financeiro de 2019, todas elas devidamente constatadas e registradas no processo de prestação de contas nº 06381e20, sem que, contudo tivessem sido satisfatoriamente justificadas;

Considerando que ditas irregularidades atentam, gravemente, contra a norma legal e contrariam os mais elementares princípios de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;

Considerando a competência constitucional, no particular, dos Tribunais de Contas, e em especial, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, nos termos do artigo 71, e seus incisos, da Lei Complementar nº 06/91;

RESOLVE:

- I. Com base no art. 71, incisos I e II, da mencionada Lei Complementar nº 06/91, a **multa** no valor de **R\$ 8.000,00** (oito mil reais);
- II. Em razão de ter deixado de ordenar ou promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que excedeu ao limite máximo estabelecido no art. 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/00, GF, da Lei Complementar nº 101/00 – LRF, com lastro no art. 5º, §1º, da Lei nº 10.028/00, aplica-se ao mesmo a multa, no valor de R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais), correspondente a 30% dos seus vencimentos anuais.

Tais cominações deverão ser recolhidas ao erário municipal, na forma estabelecidas na Resolução TCM nº 1124/05, combinado com o disposto na Resolução TCM nº 1345/06, sob pena de se adotar as medidas preconizadas no art. 74 da mencionada Lei Complementar, não se for paga no prazo devido, será acrescida de juros legais.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

SESSÃO ELETRÔNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, em 05 de novembro de 2020.

Cons. Plínio Carneiro Filho
Presidente

Cons. Fernando Vítá
Relator

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM nº01300-11. Para verificar a autenticidade deste parecer, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em www.tcm.ba.gov.br e acesse o formato digital assinado eletronicamente.